

Assembleia geral aprova ação judicial pelo dissídio da categoria

A maioria dos presentes à Assembleia Geral Ordinária em 5/7/2019, realizada em São Paulo, aprovou a autorização para que o Sintunesp ajuíze ação de dissídio coletivo da categoria. A votação ocorreu após extenso debate sobre a conjuntura da data-base de 2019, que explicitou a postura da reitoria da Unesp, de opção pelo arrocho salarial como forma de economia de recursos. Foi consensual a conclusão de que a luta organizada da categoria ainda é o principal instrumento de pressão pela conquista de salários e condições dignas de trabalho. O ingresso na justiça deve ser visto, neste contexto, como apoio e complemento à organização e à luta sindical.

O advogado Júlio César Teixeira de Carvalho, da assessoria jurídica do Sintunesp, explica que a ação deve mostrar que, como não houve a revisão salarial, coube ao Sindicato recorrer ao judiciário e cobrar, de forma indenizatória, a não reposição inflacionária na remuneração, com base na revisão anual prevista na Constituição.

Na ação, que será ajuizada junto à Justiça do Trabalho e à Justiça Comum, o Sintunesp vai argumentar que a Universidade praticamente congelou os salários de seus servidores de maio/2015 em diante, sequer repondo a inflação do período. O prejuízo é muito grande:



Momento de votação, durante a assembleia de 5/7. Ao lado, o advogado Júlio César Teixeira de Carvalho, ao microfone, e os diretores Alberto de Souza e Alice da Silva Leite Vieira

Reforma da Previdência

Antes do início da assembleia, a advogada sindical Lara Lorena fez uma exposição sobre o projeto de reforma da Previdência do governo Bolsonaro e suas consequências para os servidores públicos. Em breve, o Sintunesp vai disponibilizar os materiais produzidos por ela.



desde maio/2015, os trabalhadores da Unesp deixaram de receber o correspondente a cinco salários brutos. Na USP e na Unicamp, a perda é de, aproximadamente, quatro salários brutos.

Para recompor essas perdas, em maio de 2019 a USP e a Unicamp deveriam ter concedido um reajuste de 15,75%. Na Unesp, que não honrou o reajuste de 3% da data-base de 2016, esse percentual deveria ter sido de 19,05%.

Com a concessão de 2,2% na USP e na Unicamp em maio deste ano, e zero na Unesp, a situação ficou ainda pior. Com a “soma” dos zeros de 2016 e 2019, os servidores da USP e da Unicamp, ainda que com reajustes bem abaixo da inflação, já percebem uma remuneração 5,27% acima da praticada na Unesp, o que representa um duro golpe no já frágil sistema público de ensino superior paulista.

Embora o Fórum das Seis venha cobrando insistentemente a reabertura das negociações, fechadas unilateralmente pela outra parte, os reitores recusam-se a prosseguir com o diálogo em torno às reivindicações. Na reitoria da Unesp, a única resposta tem se resumido ao conteúdo dos comunicados, tanto do Cruesp quanto da reitoria, de que “a Universidade avaliará o melhor momento para aplicar o índice de reajuste aprovado pelo Cruesp”.